

Luís Krus e as inquirições régias medievais: percurso através de uma reflexão inovadora¹

Amélia Aguiar Andrade²

A obra científica de Luís Krus, para os padrões actuais de avaliação curricular académica que por vezes valorizam demasiado as métricas, pode ser considerada escassa. Publicou pouco e exclusivamente em português³. Achava importante escrever, não só para especialistas como para o grande público mas, em qualquer dos casos, aplicava idêntico grau de exigência e rigor⁴. Disponha-se a escrever um texto somente

¹ Este texto reproduz, nas suas linhas gerais, a comunicação apresentada em 2007 ao Colóquio Internacional “Inquirir na Idade Média: espaços, protagonistas e poderes (sécs. XII-XIV). Tributo a Luís Krus”, que teve lugar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa nos dias 14 e 15 de Dezembro, e que se inseriu no âmbito do Projecto “*Regnum Regis – As Inquirições de 1220 e a génese da memória documental do reino medieval português*” (POCTI/HAR/47271/2002). Beneficiou de reflexões posteriores realizadas sobre as inquirições e de uma redobrada leitura de toda a obra de Luís Krus. Dispõe da catalogação da sua biblioteca pessoal foi também importante. Cf. http://biblioweb.fcsh.unl.pt/Opac/Pages/Search/Results.aspx?DataBase=10449_UNLFCSH&SearchText=CT=BLK%

² Professora catedrática de História Medieval do Departamento de História e Directora do Instituto de Estudos Medievais – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

³ Vd. ANDRADE, Amélia Aguiar; CHAMBEL, Pedro; FONTES, João Luís; OLIVEIRA, Ana Maria – “Bibliografia de Luís Krus”. in KRUS, Luís – *A construção do passado medieval. Textos Inéditos e Publicados*. Prefácio de José MATTOSO. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011, pp. 309-321. Também disponível em linha em http://iem.fcsh.unl.pt/imagens/files/bibliografia_luiskrus.pdf

⁴ Vd. por exemplo, os textos “A cidade no imaginário medieval” e “S. Vicente e o mar: das relíquias às moedas”, publicados no *Diário de Notícias, Suplemento História*, respectivamente de 29 de Março e 27 de Outubro de 1983, ou “A visão do passado em *Non ou a vã glória de mandar* de Manoel de Oliveira”, originalmente publicado no suplemento cultural do semanário *Expresso* em 1990. Os dois últimos textos foram reeditados em KRUS, Luís – *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*. Redondo: Patrimonia, 1994, pp. 143-148 e 245-247.

quando considerava que poderia trazer algo de novo sobre a temática a desenvolver, não por presunção mas por entender que era assim que devia ser. Os textos que escreveu assentavam numa profunda reflexão, enquadrada com grande rigor conceptual, subsequente a uma cuidada e múltipla recolha de dados, acompanhada de muitas e diversificadas leituras. Recorrendo a uma escrita cuidadosamente burilada mas aparentemente simples, apoiado numa profunda e diversificada erudição que extravasava os limites da História medieval e num sólido, mas crítico, conhecimento das fontes medievais, oferecia, a quem lia os seus trabalhos, interpretações surpreendentes e inovadoras. Textos que pudessem servir, como escreveu em 1994, para “...suscitar interrogações, críticas, refutações ou prolongamentos”⁵.

As suas escolhas privilegiavam assuntos-chave para a compreensão das cronologias que preferia – os séculos XI-XIII – e recorriam a fontes variadas, que interrogava e dissecava com paciência, rigor e atenção ao pormenor, de modo a não só extrair a informação expectável mas também para retirar da obscuridade outros elementos, menos evidentes, mas que lhe permitiam abordar problemáticas que muitos tendiam ainda a considerar impossíveis de esclarecer, escorando-se na tradicional desculpa da «falta de fontes»⁶.

Preferia os temas ligados à História Cultural, como era evidente pelo entusiasmo e originalidade que imprimia à leccionação da disciplina de História Cultural e das Mentalidades Medievais da licenciatura em História da FCSH/NOVA⁷ e que marcou sucessivas gerações de estudantes. Mas, na sua compreensão abrangente do Portugal Medieval, estudou com o mesmo interesse aspectos sociais, políticos, institucionais e ideológicos, produzindo sempre estudos modelares.

Apesar de não ser muito numerosa, a obra de Luís Krus é, porém, demasiado rica, suscitando várias e diversas leituras e, portanto, difícil de analisar na sua globalidade. Neste texto, produzido no âmbito de uma actividade associada ao Projecto sobre as Inquirições de Afonso II que concebeu em 2002⁸, fazia todo o senti-

⁵ Cf. KRUS, Luís – “Apresentação”. in *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*. Redondo: Patrimonia, 1994, p. 8.

⁶ Foi o caso, por exemplo, do lugar da velhice e da juventude na sociedade medieval e do contraponto com a situação vivida no presente, que desenvolveu em “Atitudes face à inovação/tradição na sociedade medieval”. in *Estudos Medievais*. Porto, nº 9 (1988), pp. 211-219, reed. in *Passado, Memória e Poder na Sociedade Medieval Portuguesa. Estudos*. Redondo: Patrimonia, 1994, pp. 25-34.

⁷ Daí a escolha desta disciplina para as suas provas de agregação, ocorridas em 1998. Cf. KRUS, Luís – *História cultural e das mentalidades. Programa, conteúdos, métodos e bibliografia*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, relatório mimeografado apresentado para provas de agregação, 1998, e KRUS, Luís – *História Cultural e das Mentalidades Medievais (Lição de Síntese) – A produção do passado nas comunidades letradas do Entre Minho e Mondego nos séculos XI e XII: as origens da analítica portuguesa*. Lisboa: Sumário pormenorizado apresentado à Universidade Nova de Lisboa no âmbito da prestação de Provas para Agregado no grupo de disciplinas de História e História da Arte, policop, 1998.

⁸ Tratou-se do Projecto “*Regnum Regis – As Inquirições de 1220 e a génese da memória documental do reino medieval português*” (POCTI/HAR/47271/2002). Sobre o mesmo, vd. <http://iem.fch.unl.pt/section.aspx?kind=outros&id=258>

do procurar analisar a presença das inquirições régias dos séculos XIII e XIV na sua produção científica e de que modo a sua reflexão foi um decisivo contributo, não só para a compreensão desse conjunto documental *per si*, como para determinar a sua importância como instrumento de poder no contexto da sociedade do século XIII. Tal justifica, pois, a opção seguida, necessariamente redutora, mas que tem a vantagem de poder acompanhar todo o percurso científico de Luís Krus.

Tal opção porém, poderá, eventualmente, conceder um certo protagonismo, quiçá exagerado, aos seus trabalhos, no que às inquirições diz respeito. O próprio Luís Krus sempre considerou que o seu trabalho encontrava não só precedentes sugestivos como paralelos importantes nos estudos desenvolvidos por outros investigadores. Assim, achava-se devedor de João Pedro Ribeiro, o qual, nos primórdios do século XIX, tinha fixado criticamente o *corpus* documental das inquirições e estabelecido as primeiras reflexões paleográficas e diplomáticas sobre a transmissão dessa documentação⁹. E, mais recentemente, considerava que tinha recebido amplas sugestões da leitura do trabalho pioneiro de Iria Gonçalves sobre a usurpação senhorial dos direitos régios no Entre Cávado e Minho¹⁰ e dos de Maria José Lagos Trindade sobre os oficiais régios e as questões de administração local¹¹. E achava ainda que seguia a par de Leontina Ventura na utilização desta fonte para a história da nobreza¹², na senda das propostas do orientador de ambos, ou seja, de José Mattoso.

Mas recuemos agora no tempo, até 1980 quando, num luminoso mas pouco citado texto intitulado *Introdução ao estudo da nobreza medieval portuguesa*, José Mattoso escrevia que as inquirições régias dos séculos XIII e XIV eram uma fonte especialmente importante para o estudo da nobreza, colocando-as logo após os muito citados *Livros de Linhagens*. Mas não deixava de acrescentar que, então, as inquirições medievais portuguesas esperavam ainda “um estudo de conjunto”¹³.

⁹Vd. RIBEIRO, João Pedro – *Memórias para a história das inquirições dos primeiros reinados de Portugal colligidas pelos discipulos da aula de diplomática no anno de 1814 para 1815, debaixo da direcção dos lentes proprietario e substituto da mesma aula*. Lisboa: Impressão Régia, 1815.

¹⁰GONÇALVES, Iria (dir.), RODRIGUES, Cristina; SOUSA, João Silva de; D'AMARAL, José Luís; ÂNGELO, Libânia Romana; TAPADAS, Maria Augusta; LEITE, Maria Clara; CARDOSO, Maria de Fátima; ANDRADE, Maria Filomena; ABRANTES, Maria Luísa – “O Entre Cávado e Minho, Cenário de Expansão Senhorial no Século XIII”. in *Revista da Faculdade de Letras*. Lisboa. 4ª série, nº 2 (1978), pp. 399-440.

¹¹Vd. TRINDADE, Maria José Lagos – “Os oficiais régios nas Inquirições Gerais de Afonso III”, “A propriedade das Ordens Militares nas Inquirições Gerais de 1220” e “Questões de administração local nas Inquirições Gerais de Afonso III”. in *Estudos de história medieval e outros*. Lisboa: História & Crítica, 1981, pp. 115-127, 129-143 e 145-163.

¹²Vd. *A Nobreza de Corte de Afonso III*. Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 2 vols. Coimbra: policop., 1992.

¹³Cf. MATTOSO, José – “Introdução ao estudo da nobreza medieval portuguesa”. in *A Nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*. Lisboa: Estampa, 1981, pp.15-16.

Volvida pouco mais de uma década, no dealbar dos anos noventa, o panorama apresentava-se bem diferente. As inquirições régias medievais já não eram consideradas apenas como uma fonte excepcional para o estudo da nobreza, antes adquiriam um papel cada vez mais fulcral como elemento informativo para o entendimento do século XIII, ao mesmo tempo que constituíam, *per si*, um objecto de análise e de reflexão, nomeadamente quanto às suas condições de produção e difusão, o que permitia redimensionar a sua importância no jogo político entre os monarcas e os seus súbditos. O responsável por essa mudança foi, em grande parte, Luís Krus, ao fazer desse texto, que muitos consideravam árido, próprio da história económica fiscal e institucional, objecto da sua reflexão inovadora.

As inquirições ducentistas fizeram a sua entrada no percurso científico de Luís Krus nos anos oitenta do século XX. Data precisamente de 1981 a escrita do texto que pode ser considerado o ponto de partida para a sua reflexão sobre as inquirições: *Escrita e poder: as Inquirições de Afonso III*. O título aponta explicitamente para a problemática desenvolvida no seu conteúdo e que constitui o primeiro trabalho que, em Portugal, tem o próprio texto das inquirições como objecto, afastando-se de perspectivas mais tradicionais da mera utilização da informação contida nas inquirições como um manancial para esclarecer assuntos específicos¹⁴. Na sua génese, este texto associou-se muito possivelmente à investigação que então desenvolvia com José Mattoso, na qual se pretendia demonstrar a importância das inquirições régias para o conhecimento da nobreza medieval e simultaneamente, lançar uma sólida proposta metodológica de tratamento dessa fonte medieval¹⁵.

Ainda hoje paradigmático, este trabalho revelava já um investigador com uma maturidade surpreendente – recorde-se que é a sua primeira publicação individual –, capaz de dominar com segurança o texto que analisava e de o interpretar de acordo com um quadro conceptual alicerçado numa erudição que ultrapassava os limites da História. Percorrer a biblioteca pessoal de Luís Krus ajuda a compreender um pouco como se tornou possível a revelação tão precoce de um perfil excepcional de investigador. Sem dúvida que Luís Krus possuía uma inteligência fina e qualidades de investigador – rigor, paciência, capacidade de relação criativa dos diferentes elementos informativos, entre outras –, mas

¹⁴ KRUS, Luís – “Escrita e poder: as Inquirições de Afonso III”. in *Estudos Medievais*. Porto, nº 1 (1981), pp. 59-79; reed. in *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*. Redondo: Patrimonia, 1994, pp. 35-57. Como exemplo dessa perspectiva mais tradicional, cf. FERNANDES, A. de Almeida – “Proles régias criadas em meio rural nos séculos XII e XIII”. in *Esparsos de História (sécs. XII e XIII) com 143 documentos inéditos (73 do séc. XII)*. Porto: s.n., 1970, pp. 161-183; OLIVEIRA, Miguel de – *Ovar na Idade Média*, Ovar, Câmara Municipal de Ovar, 1967; idem – *Válega: memória histórica e descritiva*, Ovar, Câmara Municipal de Ovar, 1981.

¹⁵ Vd. MATTOSO, José; KRUS, Luís; BETTENCOURT, Olga – *As Inquirições de 1258 como fonte de história da nobreza. O Julgado de Aguiar de Sousa*, sep. *Revista de História Económica e Social* 9 (1982).

foi-lhes juntando paulatinamente, já desde pelo menos os anos setenta do século XX, um conjunto diversificado mas bem orientado de leituras que privilegiava, para além da História – conhecia bem, não só os denominados “clássicos” mas também os autores responsáveis pelas propostas então consideradas mais inovadoras e problematizantes –, estudos fundamentais oriundos da Sociologia e da Antropologia¹⁶ que, lidos e assimilados¹⁷, lhe forneceram as bases conceptuais e muitas das problemáticas que utilizou para interpretar o texto das Inquirições. Leituras a que nunca deixou de dar continuidade ao longo de toda a sua vida¹⁸. Aliás, a prática assídua da interdisciplinaridade que estas sinalizam¹⁹ era-lhe particularmente cara, estendendo-se com frequência aos debates e conversas com colegas dessas áreas em torno de temas comuns como a memória rural ou as questões de identidade²⁰.

Desde então, as inquirições estiveram, em maior ou menor grau, presentes na produção científica escrita de Luís Krus, muito especialmente no tempo que se estende até aos inícios da década de noventa. Tempo em que se empenhou num conjunto de tarefas de fundo, as quais, apesar da sua diversidade de objectivos, estiveram sempre interligadas, o que lhe permitiu potenciar e ampliar os resultados obtidos. Tratou-se então das seguintes actividades de investigação:

¹⁶ Constam da sua biblioteca pessoal títulos como: MAUSS, Marcel – *Sociologia e antropologia*. Com uma introdução à obra de Marcel Mauss de Claude Lévi Strauss. São Paulo: EPU – Editora Pedagógica e Universitária, 1974. 2 vols. (BLK 227/1-2); BALANDIER, Georges – *Antropologia política*. Lisboa: Presença, 1980 (BLK 181); CLASTRES, Pierre – *A sociedade contra o Estado: investigação de antropologia política*. Porto: Afrontamento, 1979 (BLK 982); EVANS-PRITCHARD, E.E. – *Antropologia social*. Lisboa: Ed. 70, 1972 (BLK 1504); ELIAS, Norbert – *La dynamique de l'Occident*. [Paris]: Calmann-Lévy, D. L. 1976 (BLK 143).

¹⁷ Luís Krus considerava que a bibliografia de um trabalho científico deveria ser feita sobre títulos efectivamente assimilados para a construção do texto.

¹⁸ CLANCHY, M. T. – *From memory to written record: England 1066-1307*. London: Edward Arnold, 1979 (BLK 650); FENTRESS, James; WICKHAM, Chris – *Memória social: novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Teorema, 1994 (BLK 65).

¹⁹ Nomeadamente no caso, por exemplo, das ideologias ou da compreensão das sociedades rurais. Na sua biblioteca, são inúmeros os títulos que o ilustram, e dos quais retiramos apenas alguns exemplos: *The uses of literacy in Early Medieval Europe*. Edited by Rosamond McKITTERICK. Cambridge: University Press, 1995 (BLK 1244); HALBWACHS, Maurice – *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel, 1994 (BLK 802); CONNERTON, Paul – *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta, 1993 (BLK 786); SANTOS, Armindo dos – *Heranças: estrutura agrária e sistema de parentesco numa aldeia da Beira Baixa*. Lisboa: D. Quixote, 1992 (BLK 697); BRANDÃO, Maria de Fátima – *Terra, herança e família no Noroeste de Portugal: o caso do Mosteiro no século XIX*. Porto: Afrontamento, 1996 (BLK 798); O'NEILL, Brian Juan – *Proprietários, lavradores e jornaleiras: desigualdade social numa aldeia transmontana, 1870-1978*. Lisboa: D. Quixote, 1984 (BLK 1554); GOUREVITCH, Aaron – *Les catégories de la culture médiévale*. Paris: Gallimard, 1983 (BLK 564); MEDRAS, Henri – *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978 (BLK 1229); CARDOT, Fabienne – *L'espace et le pouvoir: étude sur l'Austrasie mérovingienne*. Paris: Sorbonne, 1987 (BLK 23); *Représentation, pouvoir et royauté à la fin du Moyen Âge: actes. Colloque organisé par l'Université du Maine, les 25 et 26 Mars 1994*. Ed. par Joël BLANCHARD, postface de Philippe CONTAMINE. Paris: Picard, 1995 (BLK 411); BLOCH, R. Howard – *Étymologie et généalogie: une anthropologie littéraire du Moyen Âge français*. Paris: Seuil, 1989 (BLK 634).

²⁰ Luís Krus procurava sempre motivar os alunos para esta interdisciplinaridade, promovendo palestras com colegas da área das Ciências Sociais. A sua amizade de muitos anos com o antropólogo José Manuel Sobral era responsável por muitas conversas e debates em torno de temas que lhes eram comuns.

– a preparação da sua tese de doutoramento, tendo como base documental os *Livros de Linhagens* e que foi entregue em 1989²¹, bem como da prova complementar de doutoramento, que incidiu sobre o inquérito régio de 1287 despoletado pelo problema da herança dos Sousas²²;

– a colaboração na concepção da exposição *Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento – “A Voz da terra ansiando pelo mar” – Antecedentes dos Descobrimentos*, Núcleo da Madre de Deus da XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura, que decorreu em Lisboa em 1983 e que foi comissariada por José Mattoso²³, para cujo catálogo redigiu ainda diversos textos e entradas;

– o conjunto numeroso de entradas que realizou para o *Dicionário Ilustrado de História de Portugal*, publicado em 1986²⁴;

²¹ KRUS, Luís – *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico. Geografia dos livros de linhagens medievais portugueses (1280 – 1380)*. 2 vols.. Lisboa: Dissertação de Doutoramento em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policop., 1989. Edição: *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico. Geografia dos Livros de Linhagens medievais portugueses (1280-1380)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.

²² A prova complementar podia ser entregue mais tardiamente do que as provas do doutoramento, o que explica a data distinta em relação à da tese. Vd. KRUS, Luís – *D. Dinis e a herança dos Sousas. O inquérito régio de 1287*. Lisboa: Prova Complementar de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policop., 1990. Ed. in *Estudos Medievais*. Porto, nº 10 (1993), pp. 119-158; reed. in *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*. Redondo: Patrimonia, 1994, pp. 59-99, com o título “O rei herdeiro dos condes: D. Dinis e a herança dos Sousas”.

²³ KRUS, Luís – “A representação do mundo”. in MATTOSO, José (coord.) – *Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento. “A Voz da terra ansiando pelo mar” – Antecedentes dos Descobrimentos*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros – Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura – Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1983, pp. 239-293. Neste catálogo, publicou, para além de textos mais extensos, um total de 46 entradas relativas às peças que seleccionou para serem exibidas.

²⁴ PEREIRA, José Costa (coord.) – *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. Vols. I-II. Lisboa: Publicações Alfa, 1986. Para esta obra redigiu as seguintes entradas: “Afonso I, D.”, vol. I, p. 23; “Afonso II, D.”, vol. I, pp. 23-24; “Afonso III, D.”, vol. I, p. 24; “Afonso IV, D.”, vol. I, p. 24; “Afonso, João”, vol. I, p. 26; “António, Santo”, vol. I, pp. 43-44; “Brandão, Frei António”, vol. I, p. 78; “Bulas”, vol. I, pp. 83-84; “Castro, Inês de”, vol. I, pp. 114-115; “Cerejeira, Manuel Gonçalves”, vol. I, p. 122; “Confirmações”, vol. I, pp. 148-149; “Corpo na Idade Média”, vol. I, pp. 157-158; “Corporações”, vol. I, pp. 158-159; “Costa Lobo, António”, vol. I, p. 168; “Cruzados na Conquista de Portugal”, vol. I, p. 175; “Dinis, D.”, vol. I, p. 190; “Doze de Inglaterra”, vol. I, pp. 196-197; “Espaço na Idade Média”, vol. I, p. 220; “Excomunhão”, vol. I, pp. 226-227; “Família na Idade Média”, vol. I, pp. 238-239; “Fernando I, D.”, vol. I, p. 245; “Guterres, Paio”, vol. I, p. 306; “Henrique, Conde D.”, vol. I, p. 308; “Homenagem”, vol. I, p. 316; “Hugo”, vol. I, p. 317; “Inquirições”, vol. I, pp. 343-344; “Jardo, Domingos Anes”, vol. I, p. 353; “Julião, Mestre”, vol. I, pp. 364-365; “Lobato, Estêvão”, vol. I, p. 393; “Lobato, Pêro Anes”, vol. I, p. 393; “Moniz, Martim”, vol. I, pp. 491-492; “Novais, Paio Peres”, vol. II, p. 47; “Ordens Religiosas Militares”, vol. II, pp. 58-60; “Osberno”, vol. II, p. 63; “Ouriques, Pedro”, vol. II, pp. 65-66; “Ourique, Batalha de”, vol. II, p. 66; “Pais, Gualdim”, vol. II, pp. 72-73; “Pais, Pêro”, vol. II, p. 73; “Pedro, D., Conde de Barcelos”, vol. II, pp. 91-92; “Pereira, Álvaro Gonçalves”, vol. II, pp. 99-100; “Pereira, Gonçalo Gonçalves”, vol. II, pp. 100-101; “Peres, Abril”, vol. II, p. 103; “Peres Correia, Paio”, vol. II, p. 104; “Pimentel, Estêvão Vasques”, vol. II, p. 379; “Pimentel, Vasco Martins”, vol. II, p. 109; “Raimundo de Borgonha, Conde”, vol. II, p. 138; “Riba de Vizela, Gil Martins de”, vol. II, p. 169; “Riba de Vizela, Martim Anes de”, vol. II, p. 169; “Riba de Vizela, Martim Fernandes de”, vol. II, pp. 169-170; “Ribadouro, Egas Gosendes de”, vol. II, p. 170; “Ribeiro, Gonçalo Peres”,

– a investigação e redacção da obra *O castelo e a feira. A terra de Santa Maria nos séculos XII e XIII*, editada em 1989²⁵.

O desenvolvimento das tarefas acima enunciadas permitiu-lhe compulsar um amplo e diversificado volume de fontes inéditas e publicadas, entre as quais se destacavam, para além dos *Livros de Linhagens* e das Inquirições, documentação avulsa, textos cronísticos, hagiografias, textos científicos, cosmografias, etc. Mas também analisou muitas outras fontes históricas, como os objectos provenientes de pesquisas arqueológicas, mapas, imagens, selos, esculturas, tumulária, muitos dos quais vieram a demonstrar-se essenciais para o desenvolvimento de outros textos mais específicos²⁶. Adquiriu assim um conhecimento, bastante mais amplo do que o usual, para compreender os quadros mentais que determinaram a produção cultural do Portugal medieval, bem como dos seus principais protagonistas, que capitalizou nos seus escritos e, de forma bem clara, no entendimento do conteúdo das Inquirições²⁷.

Por outro lado, estes trabalhos de investigação exigiram-lhe que ultrapassasse as suas preferências pessoais pelos estudos culturais e que desenvolvesse outro tipo

vol. II, pp. 172-173; “Rodrigues, Martinho”, vol. II, pp. 178-179; “Rodrigues, Pêro”, vol. II, p. 179; “Roupinho, Fuas”, vol. II, pp. 187-188; “Salvadores, Pedro”, vol. II, pp. 200-201; “Sanches, Afonso”, vol. II, pp. 201-202; “Sanches, Martim”, vol. II, p. 202; “Sanches, Rodrigo”, vol. II, pp. 202-203; “Sancho I, D.”, vol. II, pp. 203-204; “Sancho II, D.”, vol. II, p. 204; “Sarracins, Afonso Mendes”, vol. II, p. 213; “Soares, Lourenço”, vol. II, p. 242; “Soares da Silva, Estêvão”, vol. II, pp. 242-243; “Sousa, Vasco Martins”, vol. II, p. 253; “Soverosa, Martim Gil de”, vol. II, p. 383; “Tempo na Idade Média”, vol. II, pp. 279-280; “Teresa, D.”, vol. II, p. 283; “Urraca, D.”, vol. II, pp. 308-309; “Vasques, Gil”, vol. II, p. 317; “Viegas, Gonçalo”, vol. II, p. 327; “Viegas, Lourenço”, vol. II, pp. 327-328. [reed.: *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*. Vols. I-II. Lisboa: Selecções do Reader’s Digest, 1990]. Deste vasto conjunto de textos, nos quais introduziu muita da investigação que realizava então para o seu doutoramento, devem realçar-se as duas excelentes sínteses que integram as entradas sobre as inquirições e as confirmações.

²⁵ MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia – *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

²⁶ É o caso, por exemplo do texto “Celeiro e Relíquias: o culto quatrocentista dos Mártires de Marrocos e a Devoção dos Nus”. in *Studium Generale. Estudos Contemporâneos*. Porto, nº 6 (1984), pp. 21-42 [reed. in *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*. Redondo: Patrimonia, 1994, pp. 149-169], que tem antecedentes nas seis entradas que realizou para o catálogo da XVII Exposição Europeia e Arte, Ciência e Cultura, relativas a peças associadas à tradição hagiográfica e ao culto dos Mártires de Marrocos (cf. MATTOSO, José (coord.) – *Os Descobrimientos Portugueses e a Europa do Renascimento*. “A Voz da terra ansiando pelo mar” – *Antecedentes dos Descobrimientos*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros – Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura – Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1983, pp. 261-266).

²⁷ Vejam-se, a título de exemplo, os textos que redige sobre a vivência medieval do tempo e do espaço: KRUS, Luís – “A vivência medieval do tempo”. in *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*. Vol. I – sécs. X-XV. Lisboa: Editorial Estampa, 1982, pp. 343-355; idem – “A representação do mundo”. in MATTOSO, José (coord.) – *Os Descobrimientos Portugueses e a Europa do Renascimento*. “A Voz da terra ansiando pelo mar” – *Antecedentes dos Descobrimientos*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros – Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura – Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1983, pp. 239-293; idem – “Espaço na Idade Média”. in PEREIRA, José Costa (coord.) – *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, p. 220; idem – “Tempo na Idade Média”, in *ibidem*. Vol. II, pp. 279-280.

de estudos como a biografia – de figuras²⁸ mas também de famílias²⁹ –, a análise micro-histórica³⁰, a história económica³¹ ou a história institucional, o que lhe deu uma capacidade de integração mais alargada da informação compulsada, conferindo às suas interpretações uma visão tendencialmente mais global.

Mas retomem-se as Inquirições, que são a razão de ser deste texto. Acompanhando Luís Krus desde 1981, seriam objecto, em 1989, de uma das suas mais completas e interessantes abordagens, proposta na obra *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos sécs. XI a XIII*, um estudo em que o espaço, os homens e os poderes são os protagonistas e as Inquirições um dos elementos mais importantes para a compreensão do complexo relacionamento que entre eles se estabelecia³². Conceptualmente mais elaborado no que às Inquirições diz respeito, este estudo caracterizava-se por ser uma abordagem de âmbito mais alargado³³, pois todo o processo de inquirir é analisado tendo como espaço de análise uma vasta área, que compreende várias circunscrições administrativas e várias especificidades geográfico-culturais.

Entre estes dois estudos, estenderam-se anos de trabalho e de produção escrita, uma vez que, para além dos já mencionados, escreveu mais seis estudos, nos quais o texto das Inquirições é fonte única, ou pelo menos privilegiada, de informação e objecto central de reflexão³⁴.

²⁸ Vejam-se, a este propósito, as entradas que redigiu para o *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, recenseadas na nota 24.

²⁹ Inseridas na sua tese de doutoramento, embora muita informação esteja contida nas eruditas notas que constituem o suporte do texto (cf. nota 21).

³⁰ MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia Aguiar – “Paços de Ferreira na Idade Média: uma sociedade e uma economia agrárias”. in *Paços de Ferreira – Estudos monográficos*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal, 1986, pp. 171-243.

³¹ *Ibidem*; MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia Aguiar – *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos sécs. XI a XIII*. Lisboa: Estampa, 1989.

³² Cf. MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia Aguiar – *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos sécs. XI a XIII*. Lisboa: Estampa, 1989.

³³ A experiência anteriormente desenvolvida em torno da terra de Ferreira, que se procurou analisar de forma diacrónica, tornara evidente a necessidade de analisar o processo de inquirir régio ao longo de toda a sua cronologia de produção. Cf. MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia Aguiar – “Paços de Ferreira na Idade Média...”, pp. 171-243.

³⁴ KRUS, Luís – “A vivência medieval do tempo”. in *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*. Vol. I – sécs. X-XV. Lisboa: Editorial Estampa, 1982, pp. 343-355 [reed. in *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*. Redondo: Patrimonia, 1994, pp. 11-24]; MATTOSO, José; KRUS, Luís; BETTENCOURT, Olga – “As Inquirições de 1258 como fonte da história da nobreza – o julgado de Aguiar de Sousa”. in *Revista de História Económica e Social* 9 (1982), pp. 17-74; MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia Aguiar – “Paços de Ferreira na Idade Média: uma sociedade e uma economia agrárias”. in *Paços de Ferreira – Estudos monográficos*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal, 1986, pp. 171-243; KRUS, Luís – “Inquirições”. in PEREIRA, José Costa (coord.) – *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. Vol. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, pp. 343-344; KRUS, Luís – “Atitudes face à inovação/tradição na sociedade medieval”. in *Estudos Medievais*. Porto, nº 9 (1988), pp. 211-219 [reed. in *Passado, Memória e Poder na Sociedade Medieval Portuguesa. Estudos*. Redondo: Patrimonia, 1994, pp. 25-34]; KRUS, Luís – *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico. Geografia dos livros de linhagens medievais portuguesas (1280-1380)*. 2 vols.. Lisboa: Dissertação de Doutoramento em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policop., 1989.

Anos em que as suas perspectivas se enriqueceram com as problemáticas e metodologias resultantes da familiaridade com a produção historiográfica sobre a Idade Média, de forma particular com as fecundas historiografias peninsular e francesa – Georges Duby é um dos autores cuja presença é mais regular nas suas notas de rodapé –, de que a sua biblioteca pessoal é um excelente reflexo³⁵.

Tais circunstâncias permitiram-lhe estabelecer uma sólida metodologia, desenhada logo nos primeiros trabalhos, e que se alicerçava:

- no estabelecimento de um inquérito à fonte, sempre precedido de uma reflexão que determina as questões a formular e despista as suas condicionantes nas respostas a obter³⁶;
- na aplicação das regras da crítica textual aos documentos a analisar³⁷;
- no cruzar da informação das inquirições com outras fornecidas para os mesmos espaços pela arqueologia, pela toponímia, pela etimologia, pela geografia³⁸;
- no recurso a perspectivas antropológicas, a fim de melhor interpretar as sociedades rurais tradicionais e de compreender a sua postura frente aos valores urbanos e à escrita, bem como as suas práticas quotidianas e os seus processos de construção da memória e da identidade³⁹;
- na cartografia cuidadosa da informação compulsada, de modo a que possa ser equacionada em função do espaço de observação⁴⁰.

³⁵ Seria impossível aqui abarcar o conjunto de títulos por ele adquiridos para a sua biblioteca pessoal, a que importaria acrescentar muitos outros que ingressaram na Biblioteca Central da FSCH por sua indicação. Sobre o seu espólio bibliográfico, cf. <http://fcsh.unl.pt/faculdade/bibliotecas/bmsc/espolios>

³⁶ São exemplares, neste aspecto, os estudos “Escrita e poder: as Inquirições de Afonso III”. in *Estudos Medievais*. Porto, nº 1 (1981), pp. 59-79, e “D. Dinis e a herança dos Sousas. O inquérito régio de 1287”. in *ibidem* 10 (1993), pp. 119-158.

³⁷ Cf. KRUS, Luís – “Escrita e poder...”; MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia Aguiar – *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos sécs. XI a XIII*. Lisboa: Estampa, 1989. A mesma preocupação transparece em algumas colectâneas documentais cuja equipa editorial integrou. Veja-se o caso da mais recente: *Valdevez Medieval. Documentos I. 950-1299*. Coord. de Amélia Aguiar ANDRADE e Luís KRUS, transcrições de Filomena MELO e João Luís FONTES. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 2000; *Valdevez Medieval. Documentos II. Arquivos de Lisboa, 1300-1479*. Coord. de Amélia Aguiar ANDRADE e Luís KRUS, transcrições de Filipa SILVA e João Luís FONTES. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 2001.

³⁸ Remetemos aqui para os estudos conjuntos em que participou, dedicados às terras medievais de Ferreira, Santa Maria da Feira e Aguiar de Sousa (cf. notas 30, 31 e 34).

³⁹ KRUS, Luís – “Escrita e poder...”; idem – “Atitudes face à inovação/tradição...”; idem – “D. Dinis e a herança dos Sousas...”.

⁴⁰ Cf. nota 38.

Um processo que vai aperfeiçoando e depurando, num crescendo de minúcia de análise, como quando interpreta os referentes temporais utilizados pelas testemunhas ouvidas na inquirição sobre a *herança dos Sousas* – idade de aprender o saltério, o quando o dia se faz noite, ou o aparecimento do cometa Haley – para melhor compreender os processos de transmissão da memória entre as sociedades iletradas. Ou quando valoriza a cartografia dos dados para obter leituras mais sugestivas e significativas⁴¹. Uma investigação cuidadosa mas difícil e trabalhosa, quando se pensa que nada foi feito com o recurso ao estabelecimento de bases de dados ou com aplicação de SIGs, pois se, no primeiro caso, tal era ainda raro entre os historiadores portugueses, o recurso aos sistemas de informação geográfica era ainda uma autêntica miragem⁴².

As perspectivas de análise e de problematização do texto das Inquirições que Luís Krus iniciou foram-se aperfeiçoando ao longo da sua investigação. Mas, de certo modo, já as encontramos sintetizadas em 1982, através de uma abordagem, aparentemente simples mas alicerçada sobre uma profunda e multifacetada reflexão sobre as Inquirições, que lhe permitia passar do texto ao estudo do espaço, dos homens, da riqueza e do poder⁴³.

A partir dessa formulação, foram múltiplas e enriquecedoras as perspectivas de análise que Luís Krus foi desenvolvendo. Tornando-se impossível enumerá-las todas num texto necessariamente limitado, optou-se por destacar as seguintes:

– a reflexão teórica sobre a formação e conservação da memória nas sociedades camponesas e nas sociedades nobiliárquicas, com claras inspirações nos estudos antropológicos sobre comunidades camponesas e sobretudo, pela filiação nas propostas da história dos sistemas culturais que perfilha já em 1981, na linha dos trabalhos de Georges Duby⁴⁴;

– a preocupação com a fixação crítica do *corpus* documental das inquirições, consubstanciada, não apenas na determinação da sua transmissão textual mas também na compreensão da posterior reorganização dos

⁴¹ Vejam-se, por todos, MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia Aguiar – *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos sécs. XI a XIII*.

⁴² Essas novas potencialidades digitais já foram previstas na formulação da candidatura do projecto *Regnum Regis* a financiamento pela FCT. O corte substancial infligido pela tutela ao orçamento pedido inviabilizou completamente o recurso a SIGs e limitou o desenvolvimento da base de dados. Sobre o Projecto e os seus resultados, cf. <http://iem.fcsh.unl.pt/section.aspx?kind=outros&tid=258>.

⁴³ Cf. MATTOSO, José; KRUS, Luís; BETTENCOURT, Olga – “As Inquirições de 1258 como fonte da história da nobreza – o julgado de Aguiar de Sousa”. in *Revista de História Económica e Social*. Lisboa, nº 9 (1982), pp. 17-74. A mesma metodologia seria retomada nos estudos sobre Paços de Ferreira e Santa Maria da Feira.

⁴⁴ Cf. KRUS, Luís – “Escrita e poder: as Inquirições de Afonso III”. in *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*. Redondo: Patrimonia, 1994, p. 37.

textos e/ou da sua cópia levada a efeito na corte régia, de acordo com os interesses de quem ordenava e de quem realizava essa tarefa⁴⁵;

– a opção por uma perspectiva comparativa e diacrónica na análise das inquirições régias do século XIII, que lhe permitiu detectar evoluções, ensaios, alterações, não só em relação aos objectivos políticos das inquirições mas também nos seus protagonistas e processos de inquirir e registar a informação⁴⁶;

– o estabelecimento de uma fina ligação entre os objectivos, momentos e lugares a inquirir e a conjuntura política, o que lhe permitiu uma renovada compreensão das implicações deste processo e dos seus resultados nos protagonistas sociais e políticos do Portugal do século XIII⁴⁷;

– uma análise do processo de inquirir que abrangeu não apenas os protagonistas directos – comissões de inquérito, inquiridos – e os seus quadros mentais e culturais, mas também outros aspectos como os percursos seguidos, o processo de registo dos depoimentos, a participação de oficiais régios locais, os constrangimentos vividos pelas testemunhas, as formas de recordar, as tensões entre o depoimento oral e o registo escrito;

– a compreensão integrada das inquirições no quadro mais vasto dos processos de afirmação da autoridade régia no século XIII, associando-as ao processo de implementação das confirmações, surgindo os inquéritos régios, em sua opinião, como uma memória escrita das jurisdições do reino, permitindo entrepor o rei e os senhores, os oficiais régios, a chancelaria e os texto legislativos que os monarcas emitiam⁴⁸.

⁴⁵ MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia Aguiar – *O Castelo e a Feira...*, pp. 37-45.

⁴⁶ Para além das considerações já tecidas na obra citada na nota anterior, vejam-se os textos mais recentes que escreveu para a obra *Memória de Portugal. O Milénio Português* (Dir. Roberto CARNEIRO e Artur Teodoro de MATOS. Lisboa: Círculo de Leitores – Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 2001), nomeadamente as entradas consagradas aos diversos ciclos de inquirições: “Inventariar. Primeiras inquirições gerais (1220)”, “Contabilizar e fiscalizar. Inquirições gerais de 1258” e “Sentenciar. Inquirições gerais de 1288” (pp. 126-27, 142-143 e 152-153, respectivamente).

⁴⁷ Muito do que deixa afirmado em *O Castelo e a Feira* não deixaria de ter eco nas investigações desenvolvidas acerca dos contextos políticos que envolvem o lançamento e a realização destes inquéritos, das suas implicações e da própria compreensão das estratégias governativas dos monarcas que as protagonizam. Vejam-se, para o reinado de Afonso II, os contributos de Hermínia Vilar reunidos neste volume. Para os monarcas subsequentes, cf. VENTURA, Leontina – *D. Afonso III*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *D. Dinis*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

⁴⁸ Vejam-se, a este propósito, as sínteses elaboradas por Luís Krus para o *Dicionário Ilustrado da História de Portugal* sobre as Inquirições e as Confirmações (cf. nota 24) e para a obra *Memória de Portugal. O Milénio Português* (cf. nota 46).

A riqueza da interpretação do texto das inquirições que as perspectivas seguidas por Luís Krus lhe permitiram mereceria um tratamento mais longo, até porque algumas linhas de análise são bastante complexas. Ainda assim, e talvez por terem sido bastante inovadoras no contexto do medievalismo português, devem destacar-se as suas reflexões em torno da memória e dos processos de recordar na dicotomia sociedade camponesa/sociedade senhorial, a interpretação da tensão entre a cultura oral/cultura escrita e o processo de afirmação de uma administração baseada no documento escrito e, por fim, o papel político e simbólico das inquirições no contexto político do século XIII.

Menos expectável num historiador da cultura é o facto de, nos seus estudos sobre as Inquirições, ter valorizado a história económica, considerando-a um meio fundamental para a reconstituição da base patrimonial da realeza e dos privilegiados e assim permitir a revelação de um dos elementos primordiais de sustentação do exercício do seu poder e da sua prevalência social.

Em toda a investigação desenvolvida por Luís Krus em torno das Inquirições, perpassa ainda, de uma forma clara, a sua atenção à realidade que o rodeava. Ou não fosse Luís Krus um admirador de Marc Bloch. Ao recuperar a memória da sociedade camponesa medieval, ao analisar as suas perplexidades perante tempos novos de afirmação da palavra escrita sobre a oralidade, que desde sempre era o seu quadro referencial de identidade e memória, Luís Krus tinha bem presente a mutação, que se desenrolava perante os seus olhos, de um Portugal desde sempre rural numa sociedade com um crescente predomínio urbano. Partilhava a visão dos antropólogos sobre como a urbanização acelerada produzia sociedades que pretendiam esquecer as suas recentes memórias rurais. Luís Krus era um menino da cidade que, apesar dos seus saberes urbanos – a leitura, o cinema, etc. –, tinha perdido sempre para os meninos da aldeia da avó que corriam mais, conheciam as plantas e os animais, sabiam ler o céu e atiravam mais longe o pião. As suas memórias pessoais não deixaram de estar presentes na sua leitura do passado, como a consciência e o conhecimento do passado estiveram sempre presentes na sua aguda compreensão da sociedade do tempo em que viveu⁴⁹.

A partir da década de 90 do século passado, Luís Krus pareceu deixar as Inquirições para segundo plano no contexto do seu trabalho científico. Considerou mais importante explorar outros caminhos de investigação⁵⁰ e sobretudo, promover

⁴⁹ Cf. KRUS, Luís – “Atitudes face à inovação/tradição...”; idem – “A memória histórica do País na população escolar do distrito de Castelo Branco – resultados de uma sondagem”. in *Comunicações das I Jornadas de História Regional do Distrito de Castelo Branco*. Castelo Branco: Instituto Politécnico, 1994, pp. 223-230 [também editado in *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*. Redondo: Patrimonia, 1994, pp. 249-257].

⁵⁰ Veja-se a sua produção posterior em ANDRADE, Amélia Aguiar; CHAMBEL, Pedro; FONTES, João Luís; OLIVEIRA, Ana Maria – “Bibliografia de Luís Krus”. in KRUS, Luís – *A construção do passado medieval. Textos Inéditos e Publicados*, pp. 309-321.

o desabrochar de um conjunto de jovens investigadores, acompanhando de muito perto, não apenas a sua formação como a redacção das suas teses e dissertações, o que lhe permitiu deixar dezanove já concluídas e um número elevado delas publicadas⁵¹. Surpreendentemente, não promoveu nem dirigiu qualquer tese sobre as Inquirições ou sobre qualquer tema que as utilizasse de forma substantiva⁵². Uma opção que tem de ser entendida à luz do seu gosto por ensinar⁵³ e pela formação de novos investigadores.

Os últimos anos da sua vida, todavia, anunciavam uma mudança, um retomar prometedor do tema, conforme pode ler-se nas luminosas sínteses que produziu para uma obra colectiva em 2001⁵⁴. No ano seguinte, escolhe as Inquirições de Afonso II como fonte e objecto de estudo do primeiro projecto que sujeita a avaliação para financiamento à FCT. Na sua concepção do projecto que considerou, em certa medida, uma primeira abordagem, nota-se que pretendia dar resposta à sugestão de José Mattoso de que as Inquirições precisavam de um estudo de conjunto. E havia que começar pelas primeiras, ou seja, as de 1220. Aprovado embora com um significativo corte orçamental, o projecto iniciou-se apenas em 2004, por razões que lhe foram alheias. Infelizmente, apenas pôde participar na sua fase mais inicial. No entanto, são seus os resultados deste projecto, não só porque o concebeu mas também porque todo o seu desenvolvimento é devedor de tudo quanto Luís Krus investigou, reflectiu e escreveu sobre as Inquirições régias medievais.

⁵¹ Uma listagem das dissertações orientadas por Luís Krus pode ser encontrada em [ANDRADE, Amélia Aguiar; FONTES, João Luís] – “Teses orientadas por Luís Krus”. in *ibidem*, pp. 323-326.

⁵² As teses sobre inquirições continuam ainda hoje escassas. Cf. SERRÃO, Francisco – *De Matosinhos ao Porto: o mar, os rios, a terra e os homens: a paisagem rural de Bouças em meados do século XIII*. Lisboa: Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policop., 1999; HENRIQUES, António de Castro – *O rei e a Terra do Barroso: montanha, periferia e poder régio (sécs. XII-XIV)*. 2 vols. Lisboa: Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policop., 2003; FERREIRA, Delfim dos Santos Bismarck Álvares – *A terra de Vouga nos séculos IX a XIV: território e nobreza*. Coimbra: Dissertação de Mestrado em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policop., 2007 [edição: *A terra de Vouga nos séculos IX a XIV: território e nobreza*. Aveiro: ADERAV, 2008]; SILVA, Carmen Dolores Marques da – *Povoamento e organização de um território transmontano: o julgado de Panoias nas Inquirições régias de 1258*. Porto: Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policop., 2012; BARCELOS, Hugo Nuno Aguiar – *Os julgados de Lanhoso, São João de Rei e Vieira em meados do século XIII. O testemunho das Inquirições de 1258*. Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à FCSH da UNL. Lisboa, policop., 2013.

⁵³ Atente-se ao seu envolvimento na formação de professores, que o levou a uma participação muito activa na Associação de Professores de História.

⁵⁴ KRUS, Luís (coord.) – “Século XIII: a consolidação de Portugal”. in *Memória de Portugal. O Milénio Português*. Dir. Roberto CARNEIRO e Artur Teodoro de MATOS. Lisboa, Círculo de Leitores – Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 2001, pp. 106-163.